



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO XIII - Nº 234 - DE A 11 A 25 DE MARÇO DE 2002- R\$ 1,00

Colômbia: governo Pastrana bombardeia FARC com ajuda do imperialismo ianque

Acentua-se a disputa interburguesa
PCdoB mostra-se antimarxista
PSTU oferece retirada de candidatura



Greve geral contra o desemprego, fome e a destruição dos direitos trabalhistas

A CUT marcou para dia 21 de março uma paralisação de protesto contra a reforma trabalhista de Dornelles. O POR defende e trabalha por:

1. Quebrar a política de arrocho do Plano Real - Pela reposição geral de todas as perdas salariais do período FHC;
2. Quebrar a liberdade dos capitalistas demitirem - Emprego para todos reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários (aplicação da escala móvel das horas de trabalho)- Suspensão imediata dos "acordos" que impuseram demissão, redução salarial, perda de direitos trabalhistas e pela readmissão dos demitidos. Estabilidade no emprego. Imediato pagamento de um salário desemprego de acordo com as necessidades básicas.
3. Direito assegurado a todos trabalhadores de construírem suas comissões de fábrica e outros locais de trabalho. Fim de toda lei antigreve.
4. Revogação de toda medida de flexibilização do trabalho e perda de direitos. Fim da reforma Dornelles.
5. Recuperação das estatais sob o controle dos trabalhadores. Não pagamento da dívida externa. Fim das negociações pró-imperialistas com a Alca.
6. Recuperação do sistema público de ensino, saúde e previdência sob o controle dos trabalhadores. Fim da privatização dos serviços públicos.
7. Terra aos camponeses. Financiamento estatal somente para os pequenos e médios produtores. Cancelamento de suas dívidas. Fim dos privilégios creditícios aos latifundiários. Expropriação sem indenização dos latifúndios sob o controle de comitês agrários.

Esse plano de reivindicações e de luta permitirá unir a maioria oprimida como um passo no combate ao governo, à burguesia e o imperialismo. É preciso, portanto, que se coloque:

1. Unidade operária e camponesa na luta contra a exploração capitalista e repressão Estatal; contra a ofensiva do imperialismo.
2. Formação dos comitês de empregados e desempregados; comitês estudantis; comitês de camponeses, comitês populares. Convocação de assembléias de base em todos os setores.
3. Constituição de uma frente única antiimperialista, sob o programa e direção da classe operária, que reúna a maioria nacional oprimida em um único movimento de massa.

Toda força à greve geral do dia 21 de março

Quinzena do Movimento Operário

Rendimento médio caiu 15,6% no ABC no ano passado

O rendimento médio dos trabalhadores empregados no ABC caiu 15,6% em 2001, segundo pesquisa do Dieese e da Fundação Seade.

Essa queda foi de 19,3% na indústria, setor com a maior renda média. "Mais do que a taxa de desemprego, a crise de 2001 afetou o poder aquisitivo", observou o coordenador de pesquisas da Agência de Desenvolvimento Econômico do ABC. Em dezembro, a redução (a quarta seguida) foi de 1,8%. Com isso, o rendimento — estimado em R\$ 755 — atingiu o nível mais baixo desde março de 1998.

Essa queda do rendimento médio real representa para os trabalhadores uma maior carestia, visto que mês a mês o salário não dá para fazer a mesma despesa. É necessário organizar uma luta geral contra a carestia, por aumento real e contra o plano de fome de FHC.

Desempregado leva mais de 1 ano para conseguir emprego em SP

O tempo médio que o trabalhador da região metropolitana de São Paulo depende na procura por emprego aumentou em janeiro deste ano. Segundo pesquisa realizada em conjunto pela Fundação Seade e pelo Dieese, o tempo de procura passou de 52 semanas para 54 semanas (mais de um ano), na comparação com dezembro. Esse patamar, é o maior registrado desde o início das pesquisas.

O desemprego aumenta e vemos que os sindicatos e centrais não tomam nenhuma medida contra este problema, é necessário organizar os empregados e desempregados num grande movimento para exigir do governo que devolvam nossos empregos, grande parte devido a privatização das estatais e criem novos empregos.

Servidores da UEL voltam ao trabalho, Sindicatos ainda continuam negociando com o governo do Estado o remanejamento de verbas para os salários

Os professores e funcionários da Universidade Estadual de Londrina (UEL) decidiram no dia 4, em assembleias, pôr fim à greve de 169 dias, a mais longa do Brasil.

As assembleias, iniciadas por volta das 9 horas e encerradas às 12h30, foram as de maior quórum desde o início da greve. Cerca de mil servidores das três categorias participaram da decisão e comemoraram o resultado. "Foram quase 6 meses de luta. Saímos vitoriosos", avaliou o presidente do Sindicato dos Servidores da UEL (Assuel), Itamar Nascimento.

Os grevistas acataram a proposta do governo, cujo principal item, aprovado com ressalvas, é o remanejamento de R\$ 35 milhões do orçamento de custeio das universidades estaduais para o pagamento de pessoal, que possibilitará reposição de 12,8% a 50,03%, conforme o salário.

Os sindicatos vão insistir com o governo para que substitua a fonte do recurso para o reajuste. Uma das sugestões é a redução de cargos comissionados e funções gratificadas nas universidades. O entendimento é que tirando a verba do custeio das instituições, faltará dinheiro para a manutenção de atividades e serviços oferecidos hoje. "Certamente o remanejamento interno traria prejuízos para a UEL.

Os grevistas ainda aprovaram a proposta de retirada de pauta definitiva do projeto de autonomia universitária proposto pelo governo na Assembleia Legislativa. O governo se comprometeu apenas a retirar o pedido de urgência do projeto. O item que trata da suspensão de ações judiciais e processos administrativos originados durante a greve foi

acatado integralmente pelas assembleias.

O comando de greve da UEL considerou vitorioso o movimento que durou 169 dias, mas defende a continuidade das negociações, já que a proposta do governo atende apenas parte das reivindicações da categoria. "

A falcatura das comissões prévias

As comissões de conciliação prévia criadas por sindicatos de trabalhadores e patrões são fraudulentas. A Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (Abrat) entrou com representação no Ministério Público de São Paulo pedindo apuração de atividades de conciliação conduzidas pela empresa Tribunal Arbitral Brasileiro Sociedade Civil Limitada, constituída pela Força Sindical, o Sindicato das Micro e Pequenas Indústrias (Simpi) e Faculdades Radial.

A representação afirma que uma empresa não pode se valer da palavra "tribunal", que pode incutir em seus usuários a falsa idéia de que estejam se servindo do Judiciário. A empresa ainda expede documento para depósito bancário, chamado de custas, que é exigido como pré-requisito para fazer a conciliação; e a cobrança de custas é prerrogativa do Judiciário e não combina com a atividade privada.

Já no Rio de Janeiro o advogado Luiz Inácio Barbosa Carvalho entrou com representação contra a Comissão de Conciliação Prévia Intersindical. Indicando que a comissão cobrou 10% das verbas rescisórias recebidas pelo ex-funcionário de um edifício. "O dinheiro saiu do bolso do trabalhador porque o condomínio se recusou a pagar."

Como podemos ver as centrais sindicais estão utilizando das comissões de negociações prévias como uma forma de angariar finanças apenas para sustentar a burocracia que os dirige.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Greve geral contra o desemprego, fome e a quebra dos direitos trabalhistas

O governo de FHC, baseado na aliança PSDB, PMDB e PFL, tem servido aos interesses das multinacionais, do capital financeiro internacional e dos grupos econômicos nacionais mais poderosos. O Plano Real e de Estabilização foi uma criação do imperialismo. Sua aplicação afetou brutalmente a economia e esmagou ainda mais as condições de trabalho e vida dos trabalhadores.

A reforma trabalhista de Dornelles, que destrói por completo elementares direitos sociais, é mais uma peça do Plano, que liquidou a Previdência, entregou as estatais, permitiu a invasão de mercadorias externas, quebrou parte da indústria brasileira, aumentou a desnacionalização, devastou milhões de empregos e aumentou a concentração de riqueza em detrimento dos salários.

Esse mesmo Plano se direciona para a Alca, atendendo exigências ainda maiores de submissão da América Latina ao imperialismo.

O combate a essa política pró-imperialista da burguesia nacional e o enfrentamento à ofensiva do imperialismo, que na Colômbia se manifesta pelo intervencionismo militar norte-americano, é uma tarefa central. Mas não se pode desconhecer e nem obscurecer que o imperialismo e a crise econômica são expressão da desintegração do capitalismo mundial, que se manifesta com particularidades nos países semicoloniais, como o Brasil, Argentina etc. O que significa trabalhar para que a classe operária esteja na direção da luta antiimperialista, de forma a avançar o combate anticapitalista e amadurecer as condições para a revolução proletária.

A mesma burocracia sindical dirigente da CUT, que hoje convocou a greve de protesto contra a reforma trabalhista, é a que está aplicando a "flexibilização do trabalho", como constatamos no acordo da Volks, que reduz salário, introduz diferenciação salarial e permite demissões em massa. Nossa greve e manifestações também são pelo fim de todos acordos de destruição das conquistas trabalhistas.

Também não devemos aceitar estreitar nosso movimento em torno da reforma Dornelles e condicioná-lo ao eleitoralismo petista. É preciso colocar a derrubada integral do Plano FHC/FMI e o completo rompimento com o imperialismo.

Assim o POR chama a classe operária, camponeses pobres, demais trabalhadores e estudantes a levantarem o seguinte plano de luta:

- Quebrar a política de arrocho do Plano Real - Reposição geral de todas as perdas salariais do período FHC;
- Quebrar a liberdade dos capitalistas demitirem - Emprego a todos reduzindo a jornada de trabalho sem reduzir os salários (aplicação da escala móvel das horas de trabalho) - Suspensão imediata dos "acordos" que impuseram demissão, redução salarial, perda de direitos trabalhistas e pela readmissão dos demitidos. Estabilidade no emprego. Imediato pagamento de um salário desemprego de acordo com as necessidades básicas.
- Direito assegurados a todos trabalhadores de construir suas comissões de fábrica e outros locais de trabalho. Fim de toda lei anti-greve.
- Revogação de toda medida de fle-

xibilização do trabalho e perda de direitos. Fim da reforma Dornelles.

- Recuperação das estatais sob o controle dos trabalhadores. Não pagamento da dívida externa. Fim das negociações pró-imperialistas com a Alca.
- Recuperação do sistema público de ensino, saúde e previdência sob o controle dos trabalhadores. Fim da privatização dos serviços públicos.
- Terra aos camponeses. Financiamento estatal somente para os pequenos e médios produtores. Cancelamento de suas dívidas. Fim dos privilégios creditícios aos latifundiários. Expropriação sem indenização dos latifúndios sob o controle de comitês agrários.

Esse plano de reivindicações e de luta permitirá unir a maioria oprimida como um passo no combate ao governo, à burguesia e o imperialismo. É preciso, portanto, que se coloque:

Unidade operária e camponesa na luta contra a exploração capitalista e repressão Estatal; contra a ofensiva do imperialismo.

- Formação dos comitês de empregados e desempregados; comitês estudantis; comitês de camponeses.
- Constituição de uma frente única antiimperialista, sob o programa e direção da classe operária, que reúna a maioria nacional oprimida em um único movimento de massa.

Toda força à greve geral do dia 21 de março

Disputa entre as frações burguesas

Luta intestina no aparato do Estado

A exigência de Roseana Sarney do PFL romper com a aliança governamental foi o ponto alto do conflito das camarilhas partidárias. O distanciamento entre PFL e PSDB ocorreu com o lançamento de candidaturas próprias, mas um setor de ambos os partidos esperava superar a escaramuça, se não no primeiro turno, pelo menos no segundo. Chegou-se a cogitar um pacto de não agressão entre os partidários de Roseana e de Serra.

A estratégia era chegar ao segundo turno unidos contra o candidato Lula do PT, não descartando a tentativa de resolver a cisão de candidaturas ainda no primeiro turno. Mas a incursão da Polícia Federal, com mandato de busca, na Lunus Serviços e Participações, pôs por terra a idéia de alcançar ainda no primeiro turno a unidade. Até o segundo turno, pode ser que o caso da Lunus seja amenizado, com o Presidente da República ordenando seus acólitos do PSDB a abafar o escândalo de corrupção em que Roseana está metida.

Tanto o PSDB quanto o PFL têm a seu favor um trunfo para negociar o andamento das investigações e a relação eleitoral. O PFL deixa os ministérios, mas mantém 2.500 cargos de confiança em todo país, necessários para o jogo eleitoral. O PSDB nada pode fazer quanto a isso porque o PFL tem poder de decisão no parlamento, ainda imprescindível para o final do mandato de FHC.

A ruptura da aliança foi um ato de proteção da candidata do PFL contra as investigações e o jogo brutal da disputa de facções interburguesas no aparelho de Estado.

O Estado burguês é constituído por quadrilhas oligárquicas

O escândalo de corrupção envolvendo a família Sarney não é de agora. As denúncias do uso da Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) para desvio de dinheiro do Estado e para negociações empresariais já vinham ocorrendo, inclusive com processo envolvendo a governadora do Maranhão. São milhões de Reais roubados

pela família Sarney e sua quadrilha.

O governo federal, a Justiça e todos os partidos tinham conhecimento da roubalheira feita por intermédio da Lunus e suas conexões, que envolvem o Estado do Maranhão, dirigido pela oligarquia dos Sarney. Mas tudo foi feito para manter em "banho maria".

A mudança de atitude do aparato judicial e policial dependia de como os grupos que dominam o Estado (aliança dominante entre PSDB, PFL e PMDB) iriam processar suas disputas internas. A ofensiva da candidatura de Roseana contra a de Serra precipitou uma ação na forma de escândalo. Logo mais tudo se abafa, como tem ocorrido via de regra nas centenas de casos envolvendo altos escalões da política patronal e figuras proeminentes do empresariado.

As ligações e interesses políticos entre as várias frações da oligarquia que dominam o Estado sempre filtraram a corrupção. E quando o exagero da roubalheira chega ao extremo e os interesses oligárquicos entram em choque, corta-se um dos elos das quadrilhas para preservá-las no seu todo. É assim que funciona o Estado semicolonial no Brasil, seja nos momentos de ditadura seja nos da democracia.

As denúncias de que as quadrilhas oligárquicas vinham roubando descaradamente a Sudene e Sudam obrigaram o governo federal a extingui-las. Mas o sentido da medida foi mais para proteger os implicados espalhados por todo norte e nordeste e o próprio governo FHC do que para varrer os quadrilheiros.

A burguesia não pode pôr fim a tamanha gatunagem porque as quadrilhas oligárquicas estão na base de funcionamento do Estado e fazem parte de seu fundamento histórico. Somente a revolução social tem como destruir esse fundamento, extirpando o domínio oligárquico. O proletariado, unido aos camponeses pobres e às camadas arruinadas da classe média urbana, terá como derrubar pela força da revolução o Estado burguês e impor as transformações econômicas necessárias. A via das disputas eleitorais, dos processos judiciais, das CPIs, dos arroubos éticos do refor-

misso eleitoreiro é a da preservação das quadrilhas oligárquicas, que vêm desde a formação colonial do Estado brasileiro.

A solidariedade do PT com Roseana Sarney

A imprensa revelou que José Sarney, em seu discurso a ser feito no Senado criticando o governo pela operação policial contra sua filha, elogia a conduta de Lula por ter condenado a forma como tudo se passou. De fato, o Estadão destacou em manchete: "Lula, Ciro, ACM e Maluf criticam operação". Na matéria, é resumida assim a opinião de Lula: "Para ele, a denúncia contra Roseana e seu marido deveria ter sido mantida em sigilo até que houvesse indício de provas". E se reproduz uma de suas observações: "Se foi o PSDB ou não é difícil dizer. O caso deveria ter sido apurado antes de Roseana se tornar candidata".

Está aí por que o senador José Sarney menciona a atitude de solidariedade de Lula com a governadora do Maranhão. O candidato petista pensa e age como um político da ordem burguesa. Reflete a disputa interburguesa. Coloca-se ao lado de uma das partes em conflito com o mesmo intuito eleitoral. Compromete-se com uma das facções da oligarquia, defendendo sua proteção contra o escândalo.

Outros petistas influentes também expressaram opiniões. José Dirceu disse: "A nossa posição (do PT) é que a Justiça tem de cumprir seu papel e seguir investigando o caso. Mas é preciso considerar que o governo sabia disso (de supostas irregularidades) desde o começo. Evidente que está fazendo uso político. O governo foi conivente até o momento em que a Roseana se tornou candidata".

O presidente do PT acusa o governo de conivência até o momento do lançamento da candidatura do PFL, o que é verdade, mas deixa de dizer que não só o governo sabia - todos sabiam. O PT sempre soube do acobertamento do governo federal (do PSDB) a um de seus mais importantes aliados e assistiu as manobras eleitorais tanto do PFL quanto do PSDB sem acusar a conivência de corrupção, até o momento em que explodiu o escândalo. A omissão também é uso político.

Mas o esperto deputado federal e pré-candidato ao governo de São Paulo José Genoíno condena o vale-tudo do PSDB na disputa eleitoral. Conclui: "Hoje é contra a Roseana; amanhã, pode ser contra a gente".

Isso também é verdade. Todos que fazem parte da política burguesa, que se nutrem das disputas e alianças no interior do Estado e para o Estado capitalista, estão sujeitos à convivência quando lhes convém e ao jogo bruto do aparato repressivo quando a disputa implica remover esta ou aquela facção que está no poder ou que pode chegar ao poder.

José Genoíno abstrai o fato de Roseana fazer parte de uma quadrilha que rouba o Estado e o PSDB abrigar outros quadrilheiros, que amanhã poderão ser igualmente expostos pelos choques intestinos da burguesia oligárquica. Quer salvar a pele do PT, que para continuar a avançar para o interior do Estado terá de se imiscuir no prostíbulo burguês. O que já vem ocorrendo.

Tais acontecimentos indicam quem governa o país

Temos insistido que a corrupção e o

esbanjamento de bilhões de Reais, num país em que imperam a pobreza e a miséria da maioria, mostra a decomposição do capitalismo e de sua classe dominante. Fazem parte desse fenômeno os planos econômicos de quebra da economia, destruição sistemática de postos de trabalho, informalização crescente do uso da força de trabalho, privatizações, desnacionalizações, liquidação da previdência, ensino e saúde públicos etc. Trata-se do capitalismo em marcha regressiva, em que a burguesia nacional se revela completamente venal e parasitária.

As massas sofrem o impacto dessa regressão. Arcam com maior taxa de exploração, salários menores e desemprego crônico crescente. Nos períodos eleitorais, os partidos atuam unidos, da situação à oposição, para que os trabalhadores acreditem que um novo governo trará mudanças em favor do desenvolvimento econômico e social. Pressionam para que votem. Ocorre que os partidos da burguesia precisam do voto dos explorados para decidirem quem dirigirá o Estado e para sustentarem a máscara democrática de sua ditadura de classe.

O escândalo de corrupção envolvendo um dos fortes candidatos, a quebra momentânea da convivência do PSDB com a corrupção dos Sarneys e a posição corrompida do PT frente tais acontecimentos indicam para os trabalhadores a necessidade de rechaçar todas as variantes da política patronal e lutar pela independência de classe. O pequeno desenvolvimento do Partido Operário Revolucionário (POR) impossibilita expressar perante a maioria explorada a contraposta e nitidamente diferenciada política proletária no processo eleitoral comandado pela burguesia. Mas não impossibilita defender as posições revolucionárias da classe operária.

É parte da construção do partido trabalhar contra as ilusões democráticas e toda forma de pressão da burguesia para que os trabalhadores continuem a alimentar suas disputas. O PT se constituiu num dos instrumentos dessa pressão da minoria exploradora sobre a maioria explorada. É preciso combatê-lo toda vez que mascara a classe burguesa e age contra os objetivos de emancipação da classe operária.

Majoria trabalhadora cada vez mais pobre

Um dos objetivos do Plano Real, imposto em 1994, era e é o arrocho salarial. Como resultado das medidas de desnacionalização e abertura do mercado, o desemprego, a eliminação de direitos trabalhistas e a quebra da Previdência estatal constituíram em violento ataque sobre os trabalhadores. Trata-se de medidas antinacionais e antipopulares seguidas por Fernando Henrique Cardoso como parte das diretrizes neoliberais ditas pelos países imperialistas às semicolônias. Tais medidas alimentaram a concentração monopolista, incentivaram o parasitismo financeiro, empobreceram o país e, principalmente, as massas assalariadas.

O argumento usado pelo governo e repetido pelas direções sindicais era o de que o reajuste salarial, inclusive do salário mínimo, provocaria a volta da inflação. Na verdade, servia unicamente para impedir que os trabalhadores se levantassem contra a essência do Plano Real. Para os explorados, o custo da "inflação zero" ou da "baixa inflação" foi extremamente pesado, porque os empurrou para o desemprego e miséria.

É bom lembrar

Na época da implantação do Plano, o governo dizia que a inflação iria acabar, os investimentos na produção cresceriam, haveria uma redução no desemprego e que os salários ganhariam um poder real de compra. Toda essa explicação serviu para

impor as medidas antinacionais e antipopulares.

Os capitalistas se protegeram antes da conversão da moeda, Cruzeiro em Real, elevando os preços nas alturas. A alta do preço da carne (53,11%) e do arroz (60,46%) são provas disso. O governo, por sua vez, aumentou as tarifas. A energia elétrica subiu 60,67% às vésperas do Plano Real. Por outro lado, a conversão dos salários pela média da URV causou perdas de até 37%. Mesmo indexado a URV, perderam o poder de compra frente à elevação dos preços das mercadorias.

Portanto, os preços foram elevados às alturas antes do Plano e os salários rebaixados.

Trabalhadores continuaram perdendo

Nos últimos três anos, o trabalhador perdeu 18,6% de seus salários. Dados do IBGE indicam que os ganhos salariais só nesses três últimos anos caíram: 5,5% em 1999, 0,6% em 2000 e 3,9% em 2001. E que de 1994 até hoje foram corroídos 18,6%. O poder de compra dos assalariados encolheu em quase 20%, isso em termos médios. Ou seja, a média aritmética dos salários pagos em todo o país. Se fôssemos levar em conta determinados setores, a exemplo do funcionalismo público (que há 7 anos não tem nenhum reajuste) ou mesmo da classe operária (construção civil) a perda se torna maior.

O que esses dados revelam é que houve um empobrecimento da maioria trabalhadora. Porque é sobre ela que recai o peso da perda do poder de compra do salário. Os assalariados, que sobrevivem com até três salários mínimos, passaram a comer menos. Isso porque grande parte do salário é destinada unicamente para a compra dos produtos alimentícios (cesta-básica). Se levarmos em consideração que os preços desses produtos cresceram nesse período, a situação de miserabilidade se agigantou com o Plano Real.

Razões da perda salarial

As razões desse violento ataque são: 1) eliminação dos reajustes salariais; 2) correção de salário abaixo da inflação anual; 3) contratação de trabalhadores com salários mais baixos; 4) redução salarial; 5) fixação do salário mínimo de fome (R\$180,00).

A burguesia, para preservar as taxas de lucro, descarrega o peso da crise sobre a classe operária e demais oprimidos. Para isso, não concede reajustes, impõe os salários diferenciados para a mesma função, mantém os pisos salariais bem rebaixados e, mais grave ainda, determina a redução salarial, que tem variado de 15% a 20%.

Portanto, burguesia, seus partidos e governo criam mecanismos de destruição de conquistas sociais e de ataque às condições de existência das massas.

Direções sindicais reforçam as medidas patronais

Desde a implantação do Plano FHC, os burocratas sindicais usam os mesmos argumentos patronais. Um deles é o de que “é melhor renunciar os reajustes salariais para que a inflação não volte”. Outro, “é melhor ganhar menos e manter o emprego”. O mais atual, “é melhor reduzir o salário, aceitar um pouco de demissão do que fechar a fábrica ou parte dela”. Com isso, acabam aceitando o desemprego, a expropriação salarial, a eliminação de direitos trabalhistas e se curvam diante das reformas pró-imperialistas.

Os trabalhadores reagiram à expropriação salarial desde o início. As greves pipocaram por setores e foram mantidas isoladas pelas direções sindicais. Porém, mais do que isso, tais dire-

ções passaram a “negociar” direitos trabalhistas e rebaixamento salarial. Aceitam o Banco de Horas, os salários diferenciados, a terceirização e a redução salarial. Ao mesmo tempo, foram quebrando as resistências coletivas contra as medidas patronais. Os últimos acordos assinados entre a burocracia sindical e as multinacionais (Volks, Scania, Mercedes etc) atestam o seu colaboracionismo com a patronal.

Os direitistas da Força Sindical passaram a apoiar abertamente as medidas do Plano e a expropriação salarial. Hoje, são os propagandistas do fim dos direitos trabalhistas. Os reformistas da CUT, dizem que fazem oposição ao Plano FHC, mas na prática aceitam as medidas antitruvidadoras.

A unidade e a luta direta são nossas armas para pôr fim à expropriação salarial, desemprego e a fome

O Partido Operário Revolucionário rechaça essa linha traidora das direções burocráticas e se coloca pela bandeira: “que se quebre o capitalismo, os Planos de fome e miséria, mas que não se destrua a vida daqueles que trabalham”.

O Plano FHC/FMI tem de ser derrubada na sua integridade. É impossível reformá-lo, como pretendem os petistas e cutistas, porque sua essência é o desemprego, o arrocho salarial, o saque da economia pelos países imperialistas e pelos monopólios. Os eleitores espalham ilusões reacionárias dizendo que se trata de má administração do governo. O que se resolveria com a substituição por outro “mais comprometido com os trabalhadores”. Falso. O que está em questão não é um problema de gestão de governo e do capitalismo. E sim da luta para pôr abaixo esse sistema, responsável pela agudização da opressão social e nacional.

A derrubada implica na organização da luta unitária e de massa. Para isso, a defesa das reivindicações vitais, como emprego e salário, ganham força e possibilitam a unidade dos explorados.

Os trabalhadores têm um obstáculo pela frente, que é a burocracia sindical. A defesa da democracia operária (assembléias soberanas, comitês de greve, direito da oposição se manifestar nos locais de trabalho, no sindicato e nas assembléias) tem de ser empunhada pela classe operária e demais oprimidos.

Resumo das obras completas de G. Lora

Apresentamos a seguir a continuação do resumo dos livros das Obras Completas de Guillermo Lora. A partir da leitura dos livros desta coleção, podemos perceber como foi a experiência boliviana da implantação do programa revolucionário no seio das massas. Como passo a passo devem ser estudadas as particularidades nacionais e aplicadas às sociedades.

Volume XXVIII (1971-1972)

Neste volume é mostrado como a repressão é uma política imperialista vol-

tada naquele momento para a América com o texto “Brasil e Argentina sobre Bolívia”, também são transcritos os folhetos “A Política Militar do Proletariado” e “Bolívia: Da Assembléia Popular ao Golpe Fascista”

Volume XXIX (1973)

Neste volume existem textos sobre a questão dos Estados Unidos Socialistas da América Latina, comentários sobre o ERP argentino, o Programa da Frente Revolucionária Antiimperialista, artigos sobre a experiência chilena de Aliende e

o papel do estalinismo nesta.

Volume XXX (1974)

Este volume é iniciado pela reprodução das discussões internas de cunho programático ideológicas no interior do POR, que deram origem às necessárias atualizações programáticas que constam no “Programa do POR”, também neste volume é discutida a questão da Autonomia Universitária, o papel do jornal Masas como organizador do Partido, além do informe do XXIII Congresso do POR de 1973.

Fortaleza (CE)

Medidas do BID são de submissão do país e opressão dos trabalhadores

Os credores imperialistas realizam a 43 Reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em Fortaleza. Protegidos por um forte bloqueio policial, o BID imporá medidas de crédito no valor de 6 bilhões de dólares aos chamados "países em crise". A Argentina foi indicada como prioridade, porém tudo dependerá do aval do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ou seja, primeiro a Argentina terá de acatar as orientações do FMI, que significam mais saque e cortes nos gastos públicos, para depois receber uma parte desse valor.

O ditado "toma lá e dá cá" é o jogo dos organismos imperialistas. O FMI empresta mediante a adoção de medidas neoliberais para que os países possam pagar os compromissos de juros das dívidas contraídas. Com isso, retira dos países semicoloniais (capitalistas atrasados) boa parte de recursos. É o que se passa na Argentina, que se desmoronou depois de aplicar por mais de uma década o "Plano de Conversibilidade", ditado pelo FMI. A explosão da crise no Uruguai está por um fio, com 80% da economia dolarizada e uma recessão que já dura mais de 4 anos. O Equador e El Salvador dolarizaram a economia (abandonaram as moedas nacionais), caminho seguido pela Argentina antes da bancarrota. O restante, México, Chile, Colômbia, Venezuela, Brasil etc adotaram a diretriz imperialista de "câmbio flutuante", o que implica manter os cortes sociais e ações de "responsabilidade fiscal", a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal adotada pelo governos para cortar recursos, demitir funcionários e manter os salários arrochados. O que quer dizer que as diretrizes dos credores internacionais têm sido seguidas pelos governos latino-americanos e as consequências têm sido brutais para as massas trabalhadoras. O pagamento das dívidas externas por parte dos pa-

íses semicoloniais enchem os cofres do FMI, BID e outras agências de capital financeiro. Para manter a lucratividade, traçam novos planos de empréstimos aos governos semicoloniais. O que o BID faz é emprestar uma parcela irrisória do dinheiro que os próprios países deram como forma de pagamento dos juros da dívida. Os governos, por sua vez, que executaram as cortes violentos nos serviços públicos são atraídos pelos empréstimos que financiam os tais projetos sociais. Não por acaso, o dinheiro que o BID veio oferecer é para manter o "bolsa-escola" e renda mínima para as "famílias em situação de risco".

A bandeira de não pagamento da dívida externa, fora o FMI, BID etc de nossos países e abaixo os governos semicoloniais entreguistas devem guiar nossas ações contra o imperialismo e governos subservientes. O rompimento com os credores imperialistas significa a defesa da soberania nacional contra o intervencionismo econômico e militar. Qualquer concessão em relação ao imperialismo, como pagamento de parte da dívida -aquela reconhecida pela auditoria - como diz o PT, é descarregar a crise sobre a maioria oprimida e proteger os parasitas financeiros.

Direções sindicais e estudantis defenderam os atos festivos

No mês de fevereiro, foram organizadas reuniões para preparar as manifestações contra o BID. Uma delas foi a Plenária da Juventude, realizada no auditório da UFC de Fortaleza.

Logo de início, as direções do PT-DS (Democracia Socialista) e PCdoB colocaram que a plenária não era o local de "disputa ideológica" entre as correntes políticas. O PT chegou ao ponto de dizer que o movimento estudantil deveria rever suas práticas: "ser plural e substituir seu método de

mobilização pelo teatro de bonecos" para chamar a atenção das massas. E que a manifestação deveria ter o caráter pacífico, sem radicalismos. Só por esses argumentos dá para se ver que tais direções não pretendiam realizar uma verdadeira mobilização contra a presença do BID.

O militantes do POR entrevistaram denunciando o pacifismo pequeno-burguês do PT e do PCdoB. Mostrou a política colaboracionista dessas direções. Defendeu a organização unitária e massiva dos estudantes e demais trabalhadores contra o intervencionismo imperialista e a subserviência do governo brasileiro. E para responder ao cerco policial armado pela tropa de choque para proteger o BID e seus capachos, só teria o caminho da ação de massa radicalizada. As bandeiras de "Abaixo o imperialismo! Fora o BID e a ALCA! Defesa do emprego e do salário! Abaixo o governo pró-imperialista de FHC/Tasso! Por um governo operário e camponês! deveriam nortear as mobilizações.

Manifestações contra o BID

Como já era esperado, o governo tratou de reprimir a manifestação. As direções sindicais chegaram a distribuir uma cartilha orientando seus militantes a protestarem sem violência. E organizaram o ato-show.

Como se vê, as direções sindicais estão imbuídas da política pequeno-burguesa. Essa via é a do fracasso. Não organiza os trabalhadores para responderem com seus próprios métodos o saque que vem sendo imposto pelo imperialismo e executado pelos governos entreguistas.

O POR chama os estudantes e demais trabalhadores a rechaçarem essa linha política e pôr em pé a frente única antiimperialista, sob a base do programa e direção proletárias.

78 anos da morte de Lenin

Lenin: uma aguçada observação do movimento de massas*

Com exceção de um curto espaço de tempo situado em 1905, Lenin passara mais de quinze anos emigrado. O seu sentido de realidade, a sua percepção íntima do trabalhador real, tal como é na vida, em lugar de enfraquecerem durante esse longo período, tinham-se ao contrário fortalecido pelo labor do pensamento teórico e da imaginação criadora. Através dos encontros e das observações que lhe fornecia o acaso, ele desvendava e reconstituía a imagem do conjunto.

Vivera, porém, como emigrado o período durante o qual amadureceu e cresceu definitivamente para o desempenho do seu papel histórico. Quando chegou a Petersburgo, trazia consigo generalizações já feitas em que resumia toda a experiência social, teórica e prática da sua vida. Mal tocara no solo da Rússia apressara-se a lançar a palavra de ordem da revolução social. Mas foi apenas então, na experiência vivida com as reais massas trabalhadoras, despertadas na Rússia, que começou a verificação de todo o conjunto de pensamentos acumulados, revistos, fixados durante tantos anos.

As fórmulas resistiram a essa prova. E mais ainda, foi somente aí, na Rússia, em Petrogrado, que elas se rechearam do seu conteúdo concreto, quotidiano, irrefutável, ganhando consequentemente uma força irresistível.

A partir de então já não se tratava de reconstruir, segundo modelos mais ou menos ocasionais, a perspectiva do conjunto. Era o próprio conjunto que se afirmava claramente através de todas as vozes da revolução.

Lenin mostrou então, e talvez ele próprio o sentisse completamente pela primeira vez, até que ponto era capaz de entender o clamor ainda caótico das massas que despertavam. Com que desprezo profundamente orgânico não observava as corridinhas de ratos dos partidos dirigentes da Revolução de Fevereiro, essas vagas duma "poderosa" opinião pública que, por ricochete, se empurravam de um jornal para o outro; com que desdém surpreendia a miopia, o enfatuamento, a verborreia, tudo quanto caracteriza a Rússia oficial de Fevereiro!

Sob a capa democrática que cobria o palco, ouvia crescer o rugido de acontecimentos de outra envergadura. Quando os céticos lhe apontavam as grandes dificuldades do seu empreendimento, a mobilização da opinião pública burguesa, a presença das forças elementares da pequena burguesia, cerrava os dentes e os seus molares tor-

navam-se mais evidentes sob a pele do rosto. Isso significava que se continha para não dizer aos céticos, muito simples e francamente, o que pensava deles.

Via e compreendia as dificuldades tão bem ou melhor do que qualquer outra pessoa, mas tinha a sensação nítida, física, como que de algo palpável, das gigantescas forças históricas que se tinham acumulado e que, agora, davam um impulso formidável para a destruição de todos os obstáculos.

Via, compreendia e sentia, antes do mais, o operário russo, essa classe trabalhadora cujo número aumentava consideravelmente, que não esquecera ainda a experiência de 1905, que passara pela escola da guerra, tendo conhecido as suas ilusões, que sofrera as hipocrisias e as imposturas da defesa nacional e que se encontrava agora pronta para suportar os maiores sacrifícios e arriscar esforços inauditos.

Sentia a alma do soldado, do soldado embrutecido por três anos duma carnificina diabólica - sem razão e sem objetivo -, do soldado despertado pelo trovão da revolução e que se dispunha vingar-se de todas as imolações estúpidas, de todas as humilhações, de todas as afrontas, através de uma explosão de ódio furioso que nada poupava.

Compreendia e sentia o mujique que arastava ainda os entraves duma servidão multissecular e que agora, graças ao violento impulso da guerra, se apercebera pela primeira vez da possibilidade de se vingar de todos os opressores, os escravagistas, os senhores: vingança terrível, implacável.

O mujique continuava a marcar passo, não sabendo o que decidir, hesitando entre a volubilidade vazia de Tchermov e o seu próprio "triunfo", que consistia numa grande revolta agrária.

O soldado permanecia ainda suspenso, tanto num pé como no outro, hesitando na escolha de um caminho entre o patriotismo e o frenesi da deserção.

Os operários ouviam até ao fim, embora já com desconfiança, com uma certa hostilidade, as últimas tiradas de Tseretelli.

Já rugia impaciente o vapor nas caldeiras dos navios de guerra de Cronstadt. O marinheiro, que guardava no seu íntimo os ódios operários, aguçados como pontas de aço, e a obtusa cólera de urso do mujique, o marinheiro que se queimava no fogo do terrível massacre, lançava já pela borda fora aqueles que, a seus olhos, encarnavam todas as formas de opressão, a opressão de

Leon Trotsky

classe, da burocracia e da autoridade militar.

A Revolução de Fevereiro estava periclitante. Os farrapos que restavam do regime de legalidade czarista eram reunidos por uma coligação de salvadores; esticavam-nos, cosiam-nos uns aos outros, e eles acabaram por transformar-se num tênue véu de legalidade democrática.

Contudo, lá por baixo, tudo fervia e rosnavia, todo os ódios do passado procuravam escapar-se: era o ódio do guarda rural, do comissário de bairro, do chefe da polícia, do chefe do registro criminal, do sargento, do fabricante, do usurário, do proprietário, do parasita, do homem de "mãos limpas", do caluniador, do tirano: preparava-se assim a maior erupção revolucionária que a História jamais conheceu.

Eis o que Lenin entendeu e viu, eis o que sentiu fisicamente com uma nitidez irresistível, com uma certeza absoluta quando, após uma longa ausência, entrou em contato com o país dominado pelos espasmos da revolução.

"Imbecis, gabarolas, cretinos, pensais que a História se faz nos salões onde pequenos arrivistas democratas tratam familiarmente, como "amigos da onça" que são, os liberais titulares ou os pés descalços de ontem, onde os pequenos advogados de província aprendem a beijar efusivamente mãos finas de Alteza? Imbecis! Gabarolas! Cretinos!

"A História faz-se nas trincheiras onde o soldado, possuído pelo pesadelo, pela embriaguez da guerra, enfia a baioneta no ventre do oficial e, em seguida, agarrado aos pára-choques duma carruagem, foge para a sua aldeia natal onde ateará um incêndio para colocar a "bandeira vermelha" no telhado do proprietário.

"Esta brutalidade não vos agrada? Não vos incomodeis, responde a História: a mais bela mulher do mundo apenas pode dar o que tem. O que se passa deriva simplesmente daquilo que o precedeu. Podeis realmente imaginar que a História se faz nas vossas "comissões de contato"? Parvoíces, verborreia infantil, fantasmagoria, cretinice!

"A História - ficai a saber! - escolheu desta feita para laboratório dos seus preparativos o palácio de Kchessinskaia, a bailarina, ex-amante do czar. E daí, desse edifício que simboliza a antiga Rússia, prepara o aniquilamento de toda a vossa luxúria, da dissolução crapulosa do vosso Petrogrado monárquico, burocrático, aristocrático, bur-

guês. Convergem para o palácio da dita bailarina imperial as multidões negras de fuligem, os delegados das fábricas, os enviados vindos a pé das trincheiras, homens cinzentos, mal amanhados, cobertos de pulgas; e será daqui que espalharão pelo país a nova ordem, as palavras fatídicas...”

Os desprezíveis ministros da revolução deliberavam e interrogavam-se sobre o que fazer para restituir o palácio à sua propriedade legítima. Os jornalistas burgueses, socialistas-revolucionários, mencheviques, rangiam os dentes cariados, lamentando-se pelo fato de Lenin, do alto da varanda de Kchessinskaia, lançar as palavras de ordem do levantamento social. Mas estes esforços tardios até nem chegavam para aumentar o ódio que Lenin sentia pela antiga Rússia, nem dar mais vigor ao seu desejo de represálias: tanto um como o outro tinham atingido o limite máximo. O Lenin que se erguia na varanda de Kchessinskaia era o mesmo que, dois meses mais tarde, se esconderia numa meda de feno e que, algumas semanas depois, ocuparia o cargo de presidente do Conselho dos Comissários do Povo.

Ao mesmo tempo, Lenin notava que no interior do partido começava a criar-se uma certa resistência conservadora - no início mais psicológica do que política - perante o imenso passo em frente que era necessário arriscar.

Observava com a inquietação as divergências que se manifestavam cada vez mais nas disposições de certos dirigentes do partido e no estado de alma das massas trabalhadoras. Não considerou, nem por um minuto, ser suficiente que o Comitê Central adotasse a fórmula da insurreição armada. Sabia bem como é difícil passar das palavras aos atos. Com toda energia e com todos os meios de que dispunha esforçava-se por colocar o partido sob a pressão das massas e o Comitê Central do partido sob a pressão dos escalões inferiores.

Recebia camaradas no seu asilo, colhia informações, verificava-as, procedia a interrogatórios, organizava a contradição, lançava por vias indiretas e transversais as suas palavras de ordem no seio do partido, lançava-as para baixo, em profundidade, de forma a colocar os chefes perante a necessidade de atuar e de ir até ao fim.

Se quisermos ter uma idéia da conduta de Lenin durante este período será necessário apercebermo-nos claramente do seguinte: Vladimir Ilitch tinha uma fé inquebrantável na vontade da revolução das massas, acreditava que a revolução podia ser feita pelas massas; não tinha porém a mesma confiança no estado-maior do partido.

E, contudo, compreendia tão claramente quanto possível que não havia tempo a perder. É impossível deixar à vontade uma situação revolucionária até ao momento

em que o partido está pronto a utilizá-la. Constatámo-lo recentemente através do exemplo da Alemanha. Ainda há pouco tempo podia ouvir-se exprimir a opinião de que, se não tivéssemos tomado o poder em Outubro, tê-lo-íamos alcançado dois ou três meses mais tarde. Grosseiro engano! Se não tivéssemos tomado o poder em Outubro, nunca mais conseguiríamos fazê-lo. A nossa força nas vésperas de Outubro baseava-se num constante afluxo das massas que acreditavam que o nosso partido, que este partido conseguiria aquilo que os outros não tinham podido fazer. Se nessa altura as massas tivessem notado no nosso seio qualquer hesitação ou adiamento, se tivessem constatado que os nossos atos não correspondiam às nossas palavras, ter-nos-iam abandonado no prazo de dois ou três meses, tal como se haviam afastado dos socialistas-revolucionários e dos mencheviques. A burguesia teria se beneficiado de umas tréguas. Teria aproveitado para assinar a paz. A relação das forças ter-se-ia assim modificado radicalmente e o golpe de Estado proletário teria ficado relegado para um período indeterminável. Eis precisamente o que Lenin compreendia, o que sentia, o que notava. Derivavam daí a inquietação, a sua ansiedade, o seu desafio; daí também a pressão furiosa que exerceu e que se revelou salutar para a revolução.

As dissensões no interior do partido, rebentando como uma tempestade durante as jornadas de Outubro, haviam-se manifestado já anteriormente nas diversas etapas da revolução.

A primeira escaramuça onde, antes de mais nada, se puseram em causa os princípios, mas no decorrer da qual a discussão permaneceu ainda no domínio calmo da teoria, teve lugar imediatamente após a chegada de Lenin e referiu-se às suas teses.

O segundo encontro, que teve o caráter de um choque surdo, produziu-se na altura da manifestação armada de 20 de abril.

A terceira colisão deu-se a propósito da tentativa de manifestação armada de 10 de Junho; os “moderados” julgavam que Lenin queria embaraçá-los com uma demonstração de força, mostrando-lhes uma perspectiva de insurreição.

O conflito que se verificou seguidamente foi mais grave: deu-se após as jornadas de Julho. Os desacordos chegaram à imprensa.

A etapa seguinte no desenrolar da luta interna foi marcada pela questão do “pré-Parlamento”.

Desta vez, dois grupos afrontaram-se abertamente dentro do partido. Ter-se-á redigido um processo verbal da sessão? Terá sido conservado? Ignoro-o. Porém, os debates apresentam indubitavelmente um interesse extraordinário. As duas tendências, a que queria a tomada do poder e a que preconizava um poder que desempenhasse o

papel de oposição na Assembléia Constituinte, definiram-se então com clareza suficiente. Os que queriam o boicote do “pré-Parlamento” ficaram em minoria, mas o seu número não se distanciava muito da maioria.

No que respeita aos debates ocorridos nessa facção e à decisão tomada, Lenin replicou-lhes em breve, do fundo do seu asilo, por meio de uma carta ao Comitê Central!

Esta carta onde Lenin, em termos mais do que enérgicos se solidarizava com os autores do boicote de “a Duma de Bulyguine”, isto é, de Kerenski-Tseretelli, não consigo encontrá-la na segunda parte do tomo XIV das Obras Completas.

Terá sido conservado este documento extremamente precioso?

As dissensões atingiram o seu apogeu mesmo nas vésperas de Outubro, quando se tratou de adotar definitivamente a linha que conduzia à revolta e à fixação da data da insurreição.

E, finalmente, após o golpe de Estado de 25 de Outubro, as diferenças agravaram-se ainda em relação à questão da coligação com os outros partidos socialistas.

Seria extremamente interessante reconstituir com todo os pormenores concretos o papel desempenhado por Lenin nas vésperas dos dias 20 de Abril, 10 de Junho e das jornadas de Julho.

Em julho fizemos asneiras, diria mais tarde Lenin: afirmava-o em conversas particulares e recordo-me que o repetiu numa conferência realizada pela delegação alemã a propósito dos acontecimentos de Março de 1921 na Alemanha.

Em que consistiam pois todas essas “asneiras”?

Numa experiência enérgica ou demasiado enérgica, numa operação de reconhecimento levada a cabo ativa ou demasiado ativamente.

Tornava-se necessário efetuar de tempos em tempos estes reconhecimentos, sob pena de perder-se o contato com as massas. Mas sabe-se, por outro lado, que um reconhecimento ativo se transforma por vezes, naturalmente ou à força, numa batalha geral.

Foi justamente o que esteve para suceder em Julho. Felizmente bateu-se a tempo em retirada. E nessa altura o inimigo não teve a audácia de aproveitar a vantagem até ao fim. Não será por acaso que lhe faltou a audácia: o regime de Kerenski era, pela sua própria essência, o regime das tergiversações; e a poltronice do “kerenskismo” paralisava tanto mais a aventura de Kornilov quanto maior era o medo que sentia.

(Extraído do Livro “Lenin”, de León Trotsky, páginas 81 a 90)

* Título dado por nós

A estratégia do estalinismo para o Brasil

Renato Rabelo, que ocupa a principal posição de dirigente do PCdoB, em seu artigo "A Conjuntura brasileira e a tática dos comunistas", explica que a tarefa principal de seu partido é alcançar um governo que tenha por objetivo a "reconstrução nacional". O artigo sintetiza o essencial das posições do 10 Congresso, realizado em dezembro de 2001. Como o PCdoB insiste em manter o conceito "comunismo", confundindo-o com estalinismo, é necessário demonstrar que a estratégia de governo de "reconstrução nacional" é nacionalista, portanto, burguesa, oposta ao marxismo.

Ao explicar "o caráter da crise brasileira", em que se evita admitir a crise histórica do capitalismo e a tarefa da revolução proletária, Rabelo conclui que a "crise crônica" no "plano social e político" se manifesta "pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio de um projeto nacional autônomo, articulado com aspirações democráticas e populares; e, outra, definida pelo sistema de poder vigente, liberal-democratizante, acentuadamente assimétrico, que levou o país a ocupar um papel subordinado ao sistema hegemônico." Rabelo não diz quem aspira o "projeto autônomo e democrático", embora tais conceitos sejam marcadamente nacionalistas, expressos inequivocamente pelo teórico do nacionalismo burguês Celso Furtado.

Em seguida faz críticas à aplicação do Consenso de Washington - "plataforma das políticas neoliberais para nosso continente" - que corresponde à segunda tendência apresentada, ou seja, "a liberal-desnacionalizante". Para assim concluir em defesa do "programa de reconstrução nacional". Eis a formulação: "O Brasil precisa de um novo rumo, de uma ruptura com a atual orientação dominante, de um projeto de mudanças que seja capaz de promover a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liberdade política, tendo em vista a aproximação com o objetivo da transição ao socialismo."

Está claro que o conceito "transição ao socialismo" é apenas um apêndice sem nenhum valor revolucionário real, adendo à estratégia nacionalista de defesa da reconstrução nacional. Mas o articulista se preocupa assim mesmo em alertar que não está colocada a luta pelo socialismo. Esta tarefa é para um futuro

incerto. O que está colocado para o PCdoB é o "projeto autônomo e democrático" de "reconstrução nacional". O objetivo de ruptura com a tendência "liberal-desnacionalizante", para se chegar ao governo de reconstrução nacional, ocorre na disputa eleitoral ("... esse embate se realiza de imediato no contexto institucional vigente, o qual define as condições concretas da disputa eleitoral de 2002).

O etapismo típico do velho estalinismo de que primeiro haveria uma revolução democrática no Brasil semifeudal, dirigida pela fração progressista da burguesia nacional, com apoio do proletariado, e, depois, quando o capitalismo alcançasse desenvolvimento, então viria a revolução socialista, comparece de maneira mais degenerada ainda na formulação do 10 Congresso do PCdoB. Não se fala em nenhuma revolução democrática, mas sim em disputa eleitoral entre os dois projetos: o neoliberal e o nacional autônomo.

O PCdoB há muito se embrenhou no mais burdo eleitoralismo, apresentado como pragmatismo tático, a ponto de se aliar regionalmente com as forças que encabeçam a aliança liberal-desnacionalizantes (PFL, PMDB, PSDB). Mas procura mascará-lo com esperteza analítica e aparente jogo tático. Também nesse sentido recorre à demagogia reformista: "... formar amplo pacto político das forças patrióticas, democráticas e populares, baseado num programa com novos fundamentos - defesa do Brasil, recomposição do Estado nacional, democracia ampliada, retomada do desenvolvimento com distribuição de renda e defesa do trabalho (...)"

Está aí o nacional-reformismo anticomunista do PCdoB. O "pacto político das forças patrióticas" quer dizer unir a oposição burguesa por intermédio do PT, PDT, PSB, PMDB de Itamar Franco/Quêrcia e PPS. A "defesa do Brasil" significa defesa do capital nacional. A "recomposição do Estado nacional" significa colocá-lo sob a direção da fração capitalista que tem interesses internos e se encontra prejudicada pela invasão do capital multinacional e de mercadorias externas. "Democracia ampliada" é uma figura de linguagem para expressar o desejo pequeno burguês de limitar o poder da oligarquia que comanda o parla-

mento, executivo, judiciário e impõe regras de funcionamento institucional de sua ditadura de classe mascarada por uma mutilada democracia parlamentar. A "distribuição de renda e defesa do trabalho", sonho reformista de desconcentrar o capital monopolista e amenizar a exploração da força de trabalho, é usada para dar o retoque "popular" ao programa burguês de reconstrução nacional.

Ao contrário dessa farsa nacional-reformista, qualificada como uma fase de transição necessária para se chegar ao socialismo, o POR tem demonstrado que as tarefas democráticas do Brasil semicolonial, como a independência nacional, a reforma agrária, erradicação da miséria da maioria, analfabetismo etc, serão resolvidas sob a revolução proletária. A revolução democrática depende do proletariado derrotar a burguesia no campo da luta de classe e tomar o poder do Estado. Para isso, o partido não só tem de lutar contra a fração burguesa pró-imperialista como também combater a influência do nacionalismo pequeno-burguês e burguês.

É claro que se deve utilizar os choques das frações burguesas e não confundir-las, mas não para fortalecer um de seus pólos, arrastando o proletariado e demais oprimidos por detrás da fração nacionalista, como fez o estalinismo no passado de nossa história e no presente com seu governo de "reconstrução nacional". Os estalinistas que tanto combateram a teoria da revolução permanente de Leon Trotsky se colocam diante do capitalismo decadente defendendo a sombra do nacionalismo burguês.

Nas eleições, a oposição burguesa, que inclui o reformismo petista, sequer defende um programa nacionalista radical e de reformas capitalistas. Todos conciliam com o poder das multinacionais e não rompem com o domínio do capital financeiro. Nenhum desses partidos, aos quais o PCdoB segue, coloca-se por uma revolução burguesa antiimperialista. Estão suficientemente adestrados e amadurecidos na escola da política burguesa, que ensina que no Brasil não cabe nenhuma revolução e nenhuma ruptura com o imperialismo. Na conjuntura brasileira, a tática dos comunistas é a de desmascarar o reformismo e o nacionalismo impotente, para o proletariado tomar em suas mãos a luta antiimperialista e anticapitalista.

PSTU oferece retirada de sua candidatura

A candidatura do PSTU à Presidência da República é apenas uma contingência ocasional. Enquanto pôde participar da frente popular do PT (PDT, PSB, PCdoB, PCB), teve Lula como “referência da classe operária”. Sua bandeira estratégica de governo dos trabalhadores, compartilhada por outros grupos de esquerda, esteve direcionada a um governo do PT, portanto, da sua frente popular. Não pôde sustentá-la desde o momento em que o PT não teve mais interesse em ter o PSTU incorporado em seu campo eleitoral.

Mesmo com candidatura própria nas eleições passadas, o PSTU visou apoiar Lula no 2 Turno, de forma que já no 1 Turno acenou que seu real candidato estava no PT. São manobras típicas do centrismo.

Ocorre que o PT continuou a ir para a direita, anunciando o desejo de se juntar com o Partido Liberal. A tática do PSTU permaneceu: “Continuamos afirmando que se Lula e o PT romperem com a burguesia e assumirem um programa anticapitalista retiraremos nossa pré-candidatura”.

O PSTU, pelo visto, continua a caracterizar falsamente que o PT é um partido operário. Trata-se de um partido da pequena burguesia reformista completamente adaptado ao capitalismo e corrompido na política do Estado burguês. Mas para o PSTU nada disso importa. Por cima da caracterização do PT, paira a tática da “exigência”, ou seja, de romper com a burguesia para o PSTU apoiá-lo rumo ao poder.

Como o PSTU reconhece, “o PT e Lula, cada dia que passa, têm ido mais para a direita.” E como fica a manobra de tática eleitoral do PSTU? Passa a chamar as correntes internas do PT, e movimentos, como o MST, a constituírem uma alternativa para seu próprio impasse rompendo com o PT e se unindo ao

PSTU. Eis o chamado: “Queremos dizer que se vocês se dispuserem a construir essa alternativa conosco, estamos dispostos a abrir mão do nosso nome e oferecer nossa legenda a um nome indicado por vocês para fazermos uma campanha em nome de uma Frente de Esquerda”.

É a tática da concessão para atrair a esquerda reformista pela via do eleitoralismo.

Concepção oportunista de partido

O PSTU pretende com esse tipo de manobra colocar a tais correntes e movimento a construção de um partido socialista amplo.

Esse objetivo está na raiz da constituição do PSTU, ou seja, na antecessora “Convergência Socialista”, que na época de sua formação também trabalhou por “unir os socialistas”, entre os quais contava Almino Afonso, um político da burguesia, e setores da burocracia sindical (lembramos o famoso voto nos candidatos socialistas do ex-MDB, por exemplo no burocrata Marcílio).

Quando a Convergência foi excluída do PT, formou uma frente com estilhaços do estalinismo e do petismo para constituir o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU). No momento dessa fusão, mostramos que se tratava de uma via oportunista de constituir o partido.

Espera-se, agora, que a esquerda petista cinda com o PT para ampliar o PSTU. Esse objetivo é explícito: “Acreditamos ser necessário um novo partido no Brasil que una os revolucionários socialistas”. O processo de sua formação é o mesmo do PSTU: unir militantes de diferentes procedências, rotulados de “revolucionários socialistas”, sem que seja sob o Programa de Transição da IV

Internacional aplicado à revolução proletária no Brasil.

O “chamado à esquerda petista e ao MST termina justamente colocando a construção do partido nos termos acima mencionado. Diz: “Não nos auto-proclamamos como sendo este partido, porque pensamos que ele deve ser muito mais amplo que nós, embora devamos ser parte dele”.

Está bem nítida a defesa de um partido oposto ao da concepção e construção leninista. O partido é o programa.

O partido socialista preconizado pelos seguidores de Nahuel Moreno, ao contrário, é um partido de esquerda eleitoral, daí a idéia de que ele seria maior que o PSTU e que este seria uma de suas frações. Trata-se de um PT à esquerda. Certamente, a construção do partido leninista contará com militantes que passaram pela experiência com o reformismo e com as correntes de esquerda que capitularam, mas virão pelo Programa de Transição, pela confirmação das teses marxistas contrapostas ao reformismo e necessariamente pela autocritica do erro de terem sustentado o reformismo contra-revolucionário.

Não será por intermédio de manobras eleitorais, lançando candidatura, retirando candidatura, oferecendo a legenda para uma candidatura de ruptura com o PT, chamando o PT a romper com a burguesia e adotar um programa anticapitalista que se aglutinarão os mais honestos e abnegados militantes iludidos com o reformismo e obscurecidos pelo eleitoralismo. O marxismo-leninismo-trotskismo rechaça de conjunto essas manobras do PSTU centrista e combate a concepção oportunista de partido, mascarado pelo conceito de “partido revolucionário de massas”.

Eleição dos Comitês Sindicais

Na Volks, concorreram duas chapas. Uma da burocracia do sindicato metalúrgico (Articulação) e outra de oposição, composta de várias correntes políticas. A burocracia fez de tudo para impedir o registro da chapa de oposição. Depois, lançou um monte de mentiras para confundir os operários. Na verdade, pretendia responsabilizar a chapa 2 pelas demissões, vindas do acordo assinado entre Marinho e a Volks. Mesmo assim, a chapa 2 obteve mais de 30% dos votos. Isso mostra o descontentamento dos trabalhadores com a traição da burocracia sindical. As mentiras da burocracia foram respondidas através do boletim Nossa Classe. Eis o último, anterior às eleições.

Furar um olho ou furar dois olhos

A diretoria do sindicato não quer que os trabalhadores vejam que o acordo de demissão e redução de 15% do nosso salário foi uma imposição da Volks, sem que nosso sindicato tivesse usado toda nossa capacidade de luta. A diretoria nos ataca porque dissemos que foi um "Acordo Maldito".

A diretoria quer que acreditemos que houve uma vitória. Mas que vitória é essa? Tivemos 700 demissões, os salários que deveriam ser reajustados foram barbaramente reduzidos, a semana de 4 dias é enganação, aumentou a terceirização; implantou-se o salário diferenciado e não temos nenhuma garantia de que não virão mais demissões.

Podemos dizer que esse acordo foi Bendito? Absolutamente Não. Mas sabemos que a diretoria responderá que é melhor 700 demissões e 15% a menos no salário do que 3000 demissões. É como se dissesse: É melhor deixar furar um olho do que furar os dois. Nós criticamos essa posição. Isso porque a direção do sindicato fez tudo para que não houvesse uma greve séria, bem organizada e convocada para todos os trabalhadores metalúrgicos do ABC saírem em defesa do emprego, já que as demissões e os acordos malditos também são aplicados na Scania, Mercedes etc.

A diretoria fez uma paralisação re-lâmpago e domingueira, só para dar a

idéia de que estava fazendo alguma coisa para que a Volks furasse apenas um de nossos olhos. O Marinho encenou uma viagem para a Alemanha como se fosse um grande negociador, que iria impedir a multinacional de furar os nossos dois olhos. Tudo já estava tramado nas nossas costas. Nós entendemos que dar um olho para furar passivamente, sem lutar com toda garra, é traição.

O acordo é maldito para os 700 companheiros demitidos e para nós que perdemos parte do salário e continuamos ameaçados com o desemprego. O acordo é bendito para os burocratas sindicais que não correm risco de demissão e seus salários estão seguros.

O lobo vestido de cordeiro e o cordeiro vestido de lobo

A diretoria acusou a oposição de ser a avestruz que foge do perigo. Não é verdade. A oposição colocou-se contra o acordo. Defendeu o emprego e o salário com a reivindicação de redução da jornada sem reduzir os salários, nenhuma demissão e defesa dos direitos trabalhistas. A oposição não pôde falar nas assembleias. Acontece que a diretoria age como ditador e como patrão que impedem o direito de livre expressão dos opositores. Mais ainda: a diretoria usou de seu poder para chamar os trabalhadores a rasgarem os boletins da oposição. Mais ainda: a diretoria mandou que nossos companheiros de trabalho se tornassem cagüetas (delatores) contra a oposição.

Mesmo diante de tantas ameaças, não fizemos como avestruz: distribuímos nossos boletins deixando claro que deveríamos organizar a greve contra o ataque patronal. Antes, no meio e depois do acordo maldito, a oposição não deixou de cumprir seu dever, inclusive fazendo assembleias nas alas. A diretoria sim faz como na história em que o lobo se veste de cordeiro para atacar sua presa. Quer passar para os trabalhadores como aquela que os protegeu de perder os dois olhos. É o lobo vestido de cordeiro. Ao mesmo tempo, quer passar como aqueles que lutaram por um acordo melhor e que arreganharam os dentes para a Volks. É o cordeiro vestido de lobo.

Um falso alerta

A diretoria diz que temos a mania de ser contra. Faz um alerta dizendo que não estamos preocupados com o trabalhador e que nosso único objetivo é atacar o sindicato. Esse é o tipo de alerta que joga terra em nossas vistas.

Nós não atacamos o sindicato. Atacamos a diretoria pelega e ditatorial que tem o sindicato como se fosse sua propriedade particular. Com o que estamos preocupados? Estamos preocupados com a organização da luta. Os trabalhadores devem decidir o que é melhor. Todos aqueles que defendem uma posição no interior do movimento operário devem se colocar a serviço da democracia operária e assegurar que os trabalhadores decidam os rumos da luta.

A diretoria do sindicato quer dar entender que está preocupada com os trabalhadores a ponto de assinar o acordo de demissão e redução salarial. Quer parecer como protetores dos trabalhadores. Isso é típico da pelegagem. Não organiza a luta contra o desemprego e se posa de preocupada com as demissões. Quer que os operários dêem carta branca para a diretoria negociar nos gabinetes do patrão. Quer que acreditem que isso é o melhor, porque afinal de contas a diretoria é como pai que protege seus filhos. Essa máscara da preocupação com os trabalhadores serve para esconder o rosto da política patronal da diretoria.

Quem são os culpados pelas demissões e rebaixamento salarial

A diretoria quer jogar sua responsabilidade sobre a oposição da chapa 2 dizendo que não estamos preocupados com os demitidos. Mas vejamos quem é quem perante o acordo de demissão.

Primeiro: todas as negociações foram feitas pela chapa 1. Ela possui a coordenação da Comissão de Fábrica, que são o Helinho, da ala 17 e o Reginaldo, ala 5.

Segundo: possui a coordenação do Comitê Sindical, que são Marinho, Wagnão e Geovaldo.

Como vocês vêem, não existe ninguém na chapa na mesa de negociação com a Volks. Então como eles podem nos culpar pelas demissões, se quem faz

todos acordos são eles? É para eles que a empresa pergunta: Posso demitir? Sim. Posso reduzir o salário? Sim. Posso contratar com salário menor em 30%. Sim. Posso chamar os operários a fazerem 5 dias, mesmo com o salário reduzido em 15%. Sim. Afinal de contas, de que lado estão esses negociadores que dizem estar preocupados com os trabalhadores?

Direção não quer oposição nas negociações

Um exemplo concreto que eles não querem a oposição na negociação aconteceu no ano passado. Depois que o Waldir, coordenador da comissão de fábrica, que representava a ala 1 pediu o PDV e saiu da empresa, a oposição indicou o Melão para substituir Waldir. O que eles fizeram? Como são maioria, indicaram Reginaldo da Ala 5, e na mesma reunião colocaram em votação. Mais uma vez

passaram o trator. Esse exemplo mostra que a diretoria do sindicato quer a oposição fora de tudo.

Temos de estar em constante luta e organização

Nosso alerta é outro. É este:

Companheiro, senão organizarmos a fábrica contra as medidas de demissão e redução salarial da Volks teremos novamente outra onda de cortes.

Companheiro, senão combatermos a política patronal da diretoria do sindicato não teremos como responder aos ataques da Volks.

Companheiro, é preciso defender o direito de existência da oposição e com isso defender a democracia dos trabalhadores.

Companheiro, aqueles que fazem

parte dos trabalhadores são aqueles que cumprem unicamente a tarefa de defender uma posição contra os ataques do patrão aos empregos e salários.

Por que defender a Chapa Dois

O que dissemos acima é suficiente para que você saibam por que Nossa Classe defende o voto na chapa de oposição. Mas vamos ressaltar três razões: 1. Porque todos companheiros da chapa dois lutaram e continuam lutando contra o acordo maldito; 2. Porque o fortalecimento de uma oposição de luta quebrará o domínio dos pelegos e da política patronal sobre o nosso sindicato; 3. Porque é preciso acabar com a ditadura da diretoria que persegue os opositores e implantar a democracia sindical.

Professores-SP

Em defesa da assembléia geral e da greve no dia 21

O POR interveio nas assembléias regionais e no conselho estadual da Apeoesp defendendo a unidade dos trabalhadores em torno da greve geral, no dia 21 de março. Reproduzimos abaixo o boletim distribuído.

Governo aumenta a ofensiva sobre os trabalhadores

Nossa resposta: greve geral dia 21 pelo:

- Fim da política de arrocho do Plano Real. Reajuste imediato dos salários. Salário mínimo vital de R\$ 2000,00;
- Emprego para todos. Suspensão de todos as negociatas que impuseram demissão, redução salarial e "flexibilização de direitos trabalhistas";
- Fim da "Reforma de Dornelles, que destrói as conquistas históricas da classe trabalhadora: 13 salário, licença maternidade, férias integrais etc;
- Sistema único de saúde, previdência e educação, públicos e gratuitos, inteiramente sob o controle dos trabalhadores;
- Rechaço à reforma privatista da educação (municipação, reformulações no ensino médio, ensino religioso, Saresp, Enem, provão etc) e defesa da

educação pública e gratuita em todos os níveis e para todos;

- Rompimento de todos os acordos com os credores imperialistas (Banco Mundial, FMI etc) e não pagamento das dívidas interna e externa.

A política neoliberal implantada pelo governo (federal, estadual e municipal) ataca fundo a vida dos trabalhadores. O desemprego crescente, a destruição de conquistas sociais, a "flexibilização" de direitos trabalhistas e o arrocho salarial são provas da ofensiva dos capitalistas e seu governo sobre a maioria trabalhadora. Trata-se do intervencionismo econômico e político das potências imperialistas sobre os países semicolônias. Tais países, totalmente submetidos

ao imperialismo, seguem as medidas de abertura das fronteiras nacionais, entrega das estatais, cortes nos serviços públicos (saúde, previdência e educação) e congelamento salarial. Os resultados têm sido o brutal endividamento, recessão econômica, aumento do saque das multinacionais e do capital financeiro, empobrecimento geral dos trabalhadores. Com isso, a crise explode. É o que se passa hoje na Argentina. E, o Brasil necessariamente caminhará pela mesma via.

A defesa das reivindicações vitais (como emprego, salário etc) deve combinar com as bandeiras antiimperialistas (não pagamento da dívida externa etc). E deve ser o ponto de partida da unidade dos trabalhadores e da luta

contra o governo entreguista e servil ao imperialismo. O método só pode ser o da ação direta, da mobilização de rua e da greve.

Nesse sentido, nossa tarefa é organizar os professores, funcionários, pais e alunos para a greve geral do dia 21. A construção dos comitês de greve nos bairros, nas escolas e aprovação da assembleia estadual para votar a continuidade de nossa luta devem ser o nosso caminho. Portanto, é preciso rejeitar a via das negociatas no Parlamento e das "negociações" distracionistas da diretoria da Apeoesp com a Secretária da Educação. É necessário dar um basta ao autoritarismo dessa diretoria que decide por cima de nossa classe os rumos do movimento. Defender a democracia sindical (que é a democracia operária), onde quem decide é a maioria organizada nas assembleias.

Reajuste imediato de salário Fim da política de bônus e gratificação

O governo Alckimin segue as medidas neoliberais do Plano de FHC. O que resulta em corte nos gastos públicos, através do fechamento de escolas, demissão de professores, redução do número de funcionários de escolas, contratação de eventuais sem nenhum vínculo empregatício, criação de telessalas, imposição das parcerias (Sistema S e empresas privadas), redução da grade curricular e toda sorte de "projetos" falaciosos. As míseras gratificações e o bônus fazem parte dessa política de contenção de gastos.

Ao mesmo tempo que reduz os recursos para a educação, Alckimin enche os bolsos das grandes empresas e banqueiros. Como se vê, é um governo destruidor do ensino e de conquistas do funcionalismo. Por isso, a defesa de nossas reivindicações passará pela unidade dos trabalhadores em educação, pais e alunos contra o governo, aplicador das receitas do Banco Mundial e FMI.

A mesma conversa mole da diretoria da Apeoesp

Entra ano e sai ano, a diretoria continua com a mesma conversa mole. Diz que é preciso cobrar a promessa de Covas, de 5 salários mínimos. Covas já foi enterrado e a diretoria continua com a

mesma história. A campanha salarial, portanto, se resumiria em pedir a incorporação das gratificações, extensão do bônus para os aposentados e exigir R\$3,00 reais a mais por hora-aula. Isso é um absurdo. É defender a superexploração do trabalho e a miséria para os professores.

O governo já disse: não concederá nenhum reajuste.

A diretoria responde: é preciso pedir pouco.

Eis aí uma direção que não aposta na organização da luta para arrancar as verdadeiras reivindicações. Certamente, irá apostar nas negociatas para tentar incorporar alguma gratificação. E, depois, cantar que foi uma vitória.

Devemos rejeitar a proposta da diretoria e aprovar a convocação da assembleia para que os professores possam decidir coletivamente as reivindicações e a via da ação direta para conquistá-las.

Saresp reprovou 50 mil Governo pune os alunos e culpa os professores

O Saresp é a avaliação do governo e do Banco Mundial. Trata-se de uma medição do número de alunos aprovados e o montante de recursos usados. É uma imposição de fora para dentro das unidades escolares, com o objetivo de disciplinar os gastos e exigir mais "produtividade" (exploração do trabalho).

A punição para os alunos, que foram reprovados, é cursar mais uma vez a 4 ou a 8 série. Como se isso resolvesse o problema do aluno não saber ler e escrever. Para os professores, o governo os incriminou com a responsabilidade de não estarem "aptos" para o trabalho. Logo mais, imporá os salários diferenciados em função da reprovação dos alunos pelo Saresp, Enen etc.

Devemos rejeitar todos os mecanismos de avaliação impostos pelo governo. Que a Apeoesp lance uma campanha de denúncia e de organização dos alunos, pais e professores contra mais essa medida governamental.

Não a imposição do ensino religioso

Defesa do ensino laico

O governo determinou a implanta-

ção do ensino religioso. Pretende enganar com a idéia de que é possível melhorar a violência nas escolas e tornar os alunos mais "cidadãos". Mentira. O ensino religioso veio para ampliar a ingerência do Estado e da Igreja no interior das escolas.

Devemos nos colocar contra essa farsa. E levantar a bandeira histórica do movimento que é a escola científica, oposta aos obscurantismo. Portanto, nossa luta é pela escola laica.

Defender o emprego a todos os professores é se colocar contra a reforma educacional do governo

O governo avançou na reforma da educação. A municipalização chegou em Francisco Morato, Franco da Rocha e outros municípios vizinhos da capital. Com isso mais desemprego e destruição de conquistas do magistério.

Resposta da diretoria: "os docentes que se sintam prejudicados ou ameaçados com a municipalização...devem procurar as subsedes para que sejam tomadas as medidas para reverter o processo".

Portanto, trata a municipalização como um problema individual. Isso quando a municipalização é um dos aspectos da reforma privatista do ensino. Eis aqui uma das maiores colaborações que a diretoria faz com o governo. Ou seja, não organiza a luta contra a totalidade da reforma governamental.

Os professores devem rejeitar o imobilismo da diretoria diante da reforma da educação e toda conversa mole em torno da atribuição de aulas. Devemos exigir: Mais escolas, reabertura de todas as salas que foram fechadas, fim da superlotação, ampliação da grade curricular, fim da municipalização e de todos mecanismos da reforma destruidora da escola pública.

Nossa proposta: Convocar uma assembleia estadual para o dia 21 de março para que possamos rejeitar coletivamente as propostas capituladoras da diretoria da Apeoesp e aprovar nossas verdadeiras reivindicações e o método da unidade e da ação direta para arrancá-las do governo.

O que é o Partido Operário Revolucionário

O Partido Operário Revolucionário, no Brasil, surgiu em meados de 1989. O congresso de fundação se deu sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias. Apoiou-se na experiência do movimento operário internacional e no legado deixado por Marx, Engels, Lenin e Trotsky. O Manifesto Comunista, de Marx-Engels, de 1848, as lições deixadas por Lenin com a vitoriosa revolução de outubro de 1917, os documentos dos Quatro Primeiros Congressos da Internacional Comunista, a luta feita por Trotsky contra a burocratização do Partido bolchevique e do Estado Operário realizada por Stalin, o Programa de Transição da IV Internacional e a rica experiência viva do POR boliviano constituem a base por onde ergueu o POR brasileiro. De 1989 a 1993, o POR procurou diferenciar-se politicamente das correntes que se reivindicavam do trotskismo, considerando que a elaboração do programa é a essência da construção do partido. O que implica conhecimento da realidade de nosso país (conhecimento e intervenção na luta de classe) e das leis históricas de sua transformação socialista. Dessa forma, no III Congresso, janeiro de 1993, o POR aprovou o programa. E é sobre a sua base que o partido caminhou nesses 9 anos.

A constituição do POR se deu em choque com as três tendências presentes no movimento operário e dos demais trabalhadores:

O PT, criado desde o início dos anos 80 para ser um partido de massa eleitoral, logo tratou de expulsar as correntes que não se submeteram aos ditames da burocracia que encarnava e encarna a estratégia de integração no Estado burguês. Opostamente às correntes políticas, o POR rompeu com o PT. Na 1 Conferência do POR (final de março de 1990) foi analisado o processo de integração do PT no Estado burguês, o papel de freio à unificação das lutas, as "gestões populares" pró-capitalistas das prefeituras, o avanço da burocratização do partido, que culminou com a aprovação do regimento sobre as Tendências, o qual impossibilitava as divergências estratégicas e a liberdade de crítica. E concluiu pelo rompimento como forma de demonstrar a impossibilidade de luta interna no PT em torno do programa e de

indicar que as correntes de esquerda tudo faziam para continuar adaptadas ao reformismo. O I Congresso do PT se deu sob a base da condenação da estratégia da ditadura do proletariado e da confirmação da estratégia da democratização do Estado burguês. Até hoje, o POR tem travado uma combate sem tréguas ao reformismo, que dirige a maioria dos sindicatos e a CUT, por iludir os trabalhadores com a democracia burguesa. Ou seja, a democracia da minoria exploradora. O PT, depois de pouco mais de uma década, se mostra completamente corrompido na política burguesa, a ponto de fazer das alianças com os tradicionais partidos da burguesia a essência de sua estratégia de poder.

Os partidos estalinistas, PCdoB e todas as variantes do PCB. Tais partidos se baseiam na revolução por etapas, cabendo ao proletariado e demais oprimidos, na primeira etapa, apoiar a burguesia "progressista". A experiência do PCB de arrastar as massas por detrás da burguesia nacional passou a fazer parte da estratégia e tática do PCdoB. Partido este que se opôs à fundação da CUT e esteve aliado aos interventores e burocratas direitistas, na Unidade Sindical. Não por acaso, apoiou a candidatura de Tancredo e Sarney, saída do colégio eleitoral. Atualmente, faz dobradinha com o PT em torno da estratégia do governo democrático e popular. E não se acanha em compor eleitoral com partidos genuínos da burguesia, inclusive da oligarquia representada pelo PFL. Por outro lado, o PCB se encontra dividido e cada vez mais integrado ao Estado. Uma de suas frações se tornou agente direto do governo - o PPS.

As correntes que se reivindicam do trotskismo vão do centrismo (PSTU) até os reformistas de esquerda (O Trabalho, DS), que permanecem no interior do PT. A conduta política e o seguidismo ao eleitoralismo do PT tem empurrado essas correntes à negação da essência do trotskismo, que é a revolução permanente. Ou seja, que os países semicoloniais amadureceram para a revolução proletária na fase imperialista do capitalismo mundial. Neles se expressam particularidades nacionais de países capitalistas atrasados, onde as tarefas democráticas não foram resolvidas e que só poderão ser solucio-

nadas pela revolução proletária. A revolução socialista é na sua forma nacional e no seu conteúdo internacional. Por outro lado, a negação da construção do programa de transição para a revolução proletária no Brasil levou essas correntes à adaptação ao eleitoralismo e ao radical reformismo. O seguidismo ao PT, ainda que criticando alguns aspectos de sua política burguesa, impossibilitou à esquerda que se reivindica do marxismo tomar a tarefa de construir o programa da revolução proletária e, portanto, de pôr em pé um partido leninista.

A construção do POR depende da derrota ideológica dessas correntes. O objetivo é penetrar as idéias maxistas-leninistas e trotskistas no movimento das massas trabalhadoras. O POR combate a estratégia do reformismo petista e as correntes de esquerda centristas. A assimilação do programa do III Congresso e a intervenção na luta de classe é o caminho que estamos percorrendo.

Em nível internacional, o POR se constitui em uma das seções do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional. Juntamente com a seção argentina, chilena e boliviana, o POR coloca como tarefa essencial a luta para pôr em pé a IV Internacional, sob a base o Programa de Transição. A constituição do Comitê de Enlace se deu em função da ruptura programática da estratégia da revolução e ditadura proletárias e da concepção leninista de partido pelas correntes que se reivindicavam do trotskismo. Em julho de 1988, o POR boliviano serviu de referência para a aproximação dos grupos trotskistas com o objetivo de construir os partidos-programa. Desde o primeiro momento, a assimilação crítica da experiência do POR boliviano foi essencial para a elaboração do nosso programa. O fortalecimento do Comitê de Enlace será parte do próprio fortalecimento de suas seções, entre elas a do Brasil.

Portanto, construir o POR é construir o programa, que distintamente de uma plataforma de reivindicações conjunturais, materializa as leis históricas e sociais da revolução proletária, cuja essência transformadora está em dotar o proletariado de capacidade para tomar o poder e erguer uma sociedade socialista.

A ofensiva dos Estados Unidos e Pastrana contra as Farc

A manobra norte-americana em torno do combate ao narcotráfico, para o qual destinou mais de um bilhão de dólares, se desfez com a ordem ao governo colombiano de romper as negociações de paz com as Farc e iniciar uma ofensiva militar sem precedente na guerra civil, que já dura mais de 30 anos. O objetivo de esmagamento das Farc com apoio direto do militarismo imperialista é parte da ofensiva bélica dos Estados Unidos em vários pontos do mundo.

O Congresso norte-americano fará uma revisão formal da lei que regulamenta a utilização dos recursos financeiros e bélicos enviados à Colômbia, para autorizar seu emprego contra as Farc. O governo Pastrana lançou o pedido de ampliar o intervencionismo norte-americano, para dar a impressão de que se trata de uma decisão interna de seu governo e não dos Estados Unidos. A verdade é que o governo Pastrana é um fantoche de Bush.

Os trabalhadores do mundo inteiro devem rechaçar o intervencionismo imperialista, defender a autodeterminação dos povos e se colocar pela derrocada do governo contra-revolucionário de Pastrana.

A guerrilha colombiana na situação latino-americana

As Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) surgiram em 1965, liderada por Manuel Marulanda Vélez, o Tirofijo. A influência da Revolução Cubana (1959) marcou o crescimento da guerrilha na América Latina.

Os Estados Unidos impuseram a uma fração das burguesias nacionais os golpes militares, no período de 1960-1970. No Brasil, o golpe militar de 64; no Chile, a derrubada do governo de Allende (1973) e a instauração da ditadura sangrenta de Pinochet; Argentina passou por sucessivos golpes militares desde 1966, com o general Juan Carlos Onganía, Jorge Videla, 76 e Viola, em 1981; na Bolívia, a situação é a mesma, o golpista Hugo Banzer, 1971, tomou o poder; na Colômbia, até 1962 foram mortos mais de 200 mil pessoas pela repressão do Estado. A guerrilha colombiana nasce em 1948, com o "Bogotazo", um grande movimento popular contra a morte de Jorge Gaitán. As ditaduras sangrentas impuseram a clandestinidade aos partidos comunistas e de grupos de esquerda trotskistas, gueva-

ristas etc. Foi o momento de crescimento dos grupos guerrilheiros.

Também ascenderam os grupos foquistas por vários países latino-americanos. Na Argentina, os Montoneros, Exército Revolucionário do Povo (ERP). No Uruguai, os Tupamaros. No Peru, o Sendero Luminoso. No Brasil, a ALN (Aliança de Libertação Nacional), a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) entre outros. O foquismo em pouco tempo se mostrou inviável como método de luta estranho à classe operária, foi duramente golpeado pela repressão, o que restou dele acabou se integrando ao democratismo burguês. Quanto às guerrilhas, não conseguiram ultrapassar as origens camponesas, portanto, não chegaram a ser expressão de luta do proletariado. A maioria foi encurralada pela forças da reação, apoiadas pelos Estados Unidos, e acabou capitulando também ao democratismo - o exemplo que mais ressalta é o da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (El Salvador), que se tornou um partido submetido à ordem burguesa e aos ditames do imperialismo.

As Farc ocuparam uma vasta região dentro da Colômbia, as "zonas desmilitarizadas", e tomaram a cidade de San Vicente del Caguán. Exigem do governo reformas econômicas e sociais. Andrés Pastrana (eleito em 1998) assume o governo com a tarefa de derrotar as Farc. Utilizou a via das negociações com Tirofijo, desde 99. As Farc suspenderam as conversas com o governo no final de 2000.

O intervencionismo imperialista com o Plano Colômbia

Os Estados Unidos pressionaram Pastrana para implantar o "Plano Colômbia" de esmagamento da guerrilha.

O Plano Colômbia é mais uma intervenção militar dos Estados Unidos. Trata-se de um pacote de medidas no valor de 1,3 bilhão de dólares, que vem como armas, helicópteros, aviões e treinamentos militares. Bush promete mais "ajuda" a Pastrana. Usando a propaganda de combate ao narcotráfico e erradicação da coca, os Estados Unidos e empresas pagas pelo governo americano armaram uma ofensiva militar para liquidar as Farc. A investida é parte do combate ao chamado terrorismo.

Andrés Pastrana age a serviço das orientações do imperialismo yanque. No início de janeiro, voltou às negociações com as Farc. O prazo estipulado até abril foi quebrado com a ação militar sobre a "região desmilitarizada", San Vicente del Gaguán. Usou como o pretexto o seqüestro do presidente da Comissão de Paz do Senado. A ofensiva já deixou centenas de mortos. O governo procura apoio da população, responsabilizando a guerrilha pela guerra civil do país, para reassumir o controle sobre a região.

Governo brasileiro do lado do intervencionismo

Fernando Henrique Cardoso prontamente se colocou do lado dos Estados Unidos e de Pastrana. Como exigência dos Estados Unidos, o governo brasileiro reforçou a "operação Cobra", fronteira do Brasil com a Colômbia. Os objetivos do "Plano Cobra" são também de combate à guerrilha, que diante da repressão na Colômbia poderia cruzar a fronteira amazônica. O intervencionista militar dos Estados Unidos também se amplia para a Venezuela e Equador, regiões de fronteira com a Colômbia.

Os Estados Unidos aproveitam o momento para crescer seu poderio sobre as semicolônias latino-americanas. De um lado, a pressão econômica para os governos nacionais submeterem à Alca e, de outro, o intervencionismo militar para esmagar a guerrilha.

Responder com a luta antiimperialista

A classe operária e demais oprimidos devem se colocar contra o intervencionismo econômico e militar do imperialismo. Levantar a bandeira de "Fora com o imperialismo". Organizar a luta antiimperialista e anticapitalista para derrotar os governos entreguistas e o sistema econômico de opressão nacional e social. O que implica no apoio às Farc contra o governo Pastrana e contra o capacho do imperialismo Fernando Henrique Cardoso.

Em toda parte da América Latina, está colocado constituir as frentes únicas antiimperialistas, com um programa revolucionário e dirigidas pela classe operária.